

OS QUINZE ANOS DA ASA, O ACESSO À ÁGUA E AS LUTAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO SEMIÁRIDO - UM OLHAR A PARTIR DOS BOLETINS DE SISTEMATIZAÇÃO O CANDEEIRO (2007-2014)

Cristian José Simões Costa (1) Rozeane Albuquerque Lima (2) André Vasconcelos (3)

(1) *Professor do Instituto Federal de Alagoas – IFAL.* cristiancost@gmail.com

(2) *Programa de Pós Graduação em História - PPGH - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE*
rozeanelima@gmail.com

(3) *Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR) – Universidade Estadual da Paraíba– UEPB*
Vasconcelos.triunfo@gmail.com

Resumo

Este trabalho visa, a partir da análise dos boletins de sistematização O Candeeiro, divulgados pela Articulação do Semiárido- ASA, no ano em que a mesma completou 15 anos (2014), traçar um panorama do acesso à água e das lutas das comunidades tradicionais que vivem e convivem com o Semiárido brasileiro. Para a seleção dos boletins aqui analisados foi efetuada uma busca em todos os boletins disponíveis no portal, em um total de 1190, sobre povos indígenas. Nesta busca foram encontrados 83 boletins dos quais foram selecionados os que tratavam especificamente sobre o tema água no semiárido. Restaram, então, para serem analisados, 12 boletins que abrangem o período de 2007 a 2014 e tratam dos temas povos indígenas e água. Estes boletins constituem a base principal de dados deste artigo. Encontramos várias experiências positivas das Instituições que formam a ASA, mas também encontramos desafios, entraves e potencialidades não exploradas adequadamente.

PALAVRAS – CHAVES: ASA, Semiárido, Comunidades tradicionais, Água

A ASA - Articulação do Semiárido é uma rede constituída por “mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. (...) As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 9 estados que compõem o semiárido brasileiro (AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG)”¹. Ela foi oficialmente criada em 1999, completando 15 anos em 2014. No portal da Articulação na *internet* existe um banco de experiências organizado por temas que relatam as várias vivências das comunidades que a integram e também entrevistas ou reportagens que dialogam com o tema central

¹ http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97. Acesso em 02/01/2015.

(semiárido) tentando construir uma representação das várias alternativas de convivência com o espaço e das dificuldades enfrentadas pela população que o ocupam.

Estas experiências, entrevistas e reportagens são organizadas através de boletins de sistematização que tem por título *O Candeeiro* e são produzidos “pelas organizações que atuam como Unidades Gestoras Territoriais (UGTs) do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)”². São estes boletins sistematizados, disponibilizados no portal da ASA e de livre acesso, que escolhemos como fontes para serem analisadas neste trabalho.

Produzido desde 2007, em janeiro de 2015, *O Candeeiro* alcançou mais de 1100 boletins de sistematização. A ASA parte da concepção de que a sistematização

(...) cumpre importante papel na valorização e na reorganização do saber construído e acumulado localmente, além de promover a geração de novos conhecimentos... constitui-se um processo coletivo de recuperação e registro de saberes e práticas locais de convivência com o Semiárido. E também um importante instrumento pedagógico de construção coletiva do conhecimento e divulgação de iniciativas bem-sucedidas no campo da agricultura familiar³.

Para a seleção dos boletins aqui analisados foi efetuada uma busca em todos os boletins disponíveis no portal, em um total de 1190, sobre povos indígenas. Nesta busca foram encontrados 83 boletins dos quais foram selecionados os que tratavam especificamente sobre o tema água no semiárido. Restaram, então, para serem analisados, 12 boletins que abrangem o período de 2007 a 2014 e tratam dos temas povos indígenas e água. Estes boletins constituem a base principal de dados deste artigo.

A opção pelo portal da ASA para este texto parte do fato de que a Articulação valoriza os saberes a partir da vivência das comunidades como fontes legítimas de produção de alternativas para a convivência com o semiárido. Não há, portanto, uma hierarquização do conhecimento ou uma maior valorização do que se produz de forma sistematizada nas academias ou institutos de pesquisa. A ASA, desde a sua constituição, trata seus/uas agricultores/as com autonomia. Eles/as são senhores/as da decisão. Aos técnicos cabe o auxílio e a consultoria. Outro fator que influenciou a nossa escolha é o aniversário da instituição: tendo completado 15 anos em 2014 a ASA se apresenta como uma alternativa singular para mitigar os problemas sociais historicamente construídos e já há muito conhecidos dos moradores do semiárido brasileiro. A ASA, apesar da

² <http://www.asabrasil.org.br/Includes/Sistematizacao.asp>. Acesso em 02/01/2015.

³ http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1159&WORDKEY=Sistematiza+%BCe. Acesso em 02/01/2015.

existência de uma mobilização que suscitava articulações, fóruns e debates anterior, surge em 1999, quando:

(...) durante a 3^a Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), no Recife, a sociedade civil organizada e atuante na região semiárida brasileira promoveu o *Fórum Paralelo da Sociedade Civil*. Esse fórum provocou grande repercussão nos níveis regional e nacional, dando visibilidade às questões do Semiárido brasileiro. É durante o Fórum que a ASA lança a Declaração do Semiárido, se consolida enquanto articulação e propõe a formulação de um programa para construir 1 milhão de cisternas na região.⁴

É importante, no entanto, pontuar que não há aqui nenhuma pretensão de esgotar o tema. A análise, na verdade, foi feita com a intenção de provocar, de promover o debate a partir do olhar de uma instituição cuja proposta em muito se aproxima do debate suscitado por autores indigenistas em nível nacional, mas que aqui é tratado em um recorte específico: o semiárido, e com uma visão específica, das instituições que compõem a ASA.

Para o tratamento das fontes foi utilizada a análise de discurso (FOUCAULT, 1999) tentando verificar as intencionalidades, o lugar de fala, as relações de poder, os silenciamentos e as interconexões dos documentos com o que se vê e o que se diz do semiárido e dos povos indígenas no período estudado.

Há que se destacar que os boletins de sistematização analisados foram interpretados como documentos-monumentos, conceito trabalhado pelo historiador Le Goff que afirma que todo documento é fruto de escolhas e intenções de quem o elabora, e por isso mesmo é um monumento, e que “documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p.545), compreendemos ser estas fontes passíveis de cientificidade e de apreciação enquanto representação de experiências que reafirmam a possibilidade de convivência com o Semiárido como algo ao alcance de todos/as o/as que habitam este espaço e com ele se relacionam, considerando, nesta relação não apenas aspectos econômicos, mas também políticos, culturais, sociais e emocionais.

Exposto o traçado metodológico, cumpre o dever de informar que buscamos, nesta análise, compreender como são construídas as conexões entre os povos indígenas e a disponibilidade/aceso/uso da água no semiárido e se/de que forma esta construção contribui para a melhor convivência das comunidades indígenas com o espaço em questão.

Enfatizamos ainda que, dos 12 boletins analisados, 11 tratam especificamente da transposição do rio São Francisco e suas consequências para as comunidades indígenas ribeirinhas.

⁴ http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=101. Acesso em 02/01/2015.

Este texto tem, portanto, um norte na análise da transposição, não por escolha de seus autores, mas porque as fontes nos guiaram para esta reflexão.

Antes de iniciar a análise dos boletins convém informar que nenhum dos autores integra o quadro da ASA ou das instituições que a compõem. Neste sentido não há silenciamentos pelo lugar institucional ocupado. Convém também informar que não há tentativa de enunciar verdades. Nosso intuito é o de compreender, através dos artigos selecionados para divulgação no boletim *O Candeeiro*, ou do discurso das pessoas que representam a própria Articulação do Semiárido, a visão e a interação da ASA para com as comunidades tradicionais, entre elas as indígenas que habitam o semiárido.

Isto posto iniciaremos a análise não seguindo uma ordem cronológica de publicações, mas uma ordem que compreendemos mais lógica, mais didática. Iniciaremos, portanto, com a análise de um boletim que faz menção aos 15 anos da ASA, logo em seguida analisaremos o único boletim que não tem por foco a transposição do rio São Francisco e, por fim, nos dedicaremos aos boletins que dedicam à problemática da transposição do rio São Francisco para as comunidades, dentre elas as indígenas. Nesta terceira etapa da análise seguiremos a sequência cronológica dos boletins.

Publicado em dezembro de 2014 o artigo *ASA completa 15 anos garantindo direitos no semiárido* historiciza como as instituições se articularam, atualiza o número de organizações da sociedade civil que a formam para “cerca de três mil” e reafirma a sua visão sobre o semiárido:

Conhecida historicamente como uma região apenas de terra seca e rachada, a ASA passou a pautar uma nova imagem da região, mostrando que nela é possível se viver com dignidade, desde que políticas públicas adequadas fossem implementadas na região, pois a seca é uma questão climática que não se combate.

Há 15 anos que decidimos nos organizar em uma rede respeitando a diversidade das organizações da ASA porque naquela época amadurecemos a descoberta de que não adiantava mais ficar pautando o governo isoladamente, explica Naidison Baptista de Quintella, coordenador executivo da ASA pelo estado da Bahia (O CANDEEIRO, 2014).

Neste trecho a ASA retrata não apenas o seu interesse em desconstruir uma imagem por muitas décadas atribuída ao Nordeste, em específico ao que atualmente se conhece por semiárido, mas também o respeito pela diversidade das experiências e dos povos que o habitam. O respeito pela diversidade não se limita ao respeito às organizações que a integram, vai mais além. No mesmo artigo, no último parágrafo, ao descrever o semiárido brasileiro, temos:

Semiárido brasileiro Ocupa (sic) uma área de 982 mil km² e possui os biomas mais ricos do mundo: a caatinga e o cerrado. (...) Sua população é composta por 22 milhões de pessoas e seu maior patrimônio são as comunidades e os povos tradicionais, sejam os vazanteiros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, gerazeiros e outros (O CANDEEIRO, 2014).

Temos, portanto, não apenas o respeito à diversidade, mas também uma valorização dos povos e comunidades tradicionais, dentre elas as indígenas, como bandeiras da Instituição. Veremos, ao longo das análises dos boletins, que o foco da ASA não é especificamente as comunidades indígenas, mas todas as comunidades tradicionais do semiárido. Fato este que não reduz a importância da Articulação para a garantia de uma melhor qualidade de vida para os povos indígenas do semiárido.

Em um segundo momento da nossa análise, veremos uma publicação de dezembro de 2013, pelo setor de comunicação do IRPAA- Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, com sede em Juazeiro- Bahia, sobre o acesso às tecnologias do Projeto Mais Água pelo Povo Tuxi, em Abaré. Apesar de, da forma como foi efetuada a busca, este ser o único artigo que não trata da transposição, ele é de uma importância singular por ter como norte o acesso à água no semiárido, uma das mais importantes frentes na qual a ASA atua. Sobre o Projeto Mais Água temos: “Com o propósito de garantir segurança alimentar e nutricional a partir do uso da água de chuva, o projeto realiza formações voltadas para a Convivência com o Semiárido e implementa tecnologias úteis para captação e armazenamento de água da chuva” (O CANDEEIRO, 2013).

O boletim segue com os dados:

Em Abaré, 09 comunidades indígenas, 05 comunidades quilombolas e 10 comunidades de Fundo de Pasto estão acessando 41 barreiros-trincheira e 04 barreiros comunitários, 45 cisternas-enxurrada, 02 bombas d'água popular, 20 quintais produtivos, além da limpeza de 12 aguadas (O CANDEEIRO, 2013).

Esta publicação é uma boa representação do público alvo da ASA. As comunidades tradicionais, dentre elas as indígenas são as que melhor assimilam a perspectiva de convivência com o semiárido por terem, em sua identidade, um vínculo afetivo com o lugar de origem. Nela também são citadas várias tecnologias utilizadas pelas comunidades assistidas pela ASA⁵, que contam com apoio dos técnicos das instituições que a compõem através de consultorias e assistência.

Ainda neste boletim há um subitem com o título identidade, que afirma que:

Tem crescido no município o auto-reconhecimento de comunidades indígenas. Pereiros e Garajau são alguns dos povoados remanescentes dos povos indígenas Tuxis, que estão lutando para terem seus territórios demarcados e regularizados. Nas últimas semanas, cerca de 200 famílias fizeram a retomada de uma área em meio à Caatinga, e buscam agora respaldo jurídico para garantir à (sic) terra, onde já estão construindo barracos.

⁵Para mais informações sobre as tecnologias adotadas pela ASA, acessar: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1157&WORDKEY=Tecnologias. Acesso em 07/01/2014.

Dona Rita, que também diz está (sic) firme nas lutas da aldeia, conta que possuem um local onde realizam as reuniões da associação e onde todo sábado se reúnem para dançar o toré... (O CANDEEIRO, 2013).

No debate sobre identidade há menção ao artesanato de barro e de palha, e também de artesanato aproveitando sacolas plásticas, além da vontade das artesãs em questão de participarem de cursos de aperfeiçoamento:

Filha de oleiro, ela (Dona Rita) tem o dom de fazer artesanato de barro e também de palha, mas confessa que gostaria de participar de cursos de aperfeiçoamento para produzir mais peças e também contar com incentivos para comercializar. Quem também é artesã é a esposa de Seu Manoel, Maria Helena Ribeiro dos Santos, que faz tapetes reciclando sacolas plásticas, uma forma sustentável de contribuir com as despesas da família (O CANDEEIRO, 2013).

Encerrando o boletim, o técnico do IRPAA, Deive Nascimento, chama a atenção para a necessidade de maturação da questão organizacional e da discussão acerca da convivência com o semiárido. Segundo Deive:

(...) é a primeira vez que essas comunidades de abrangência do Mais Água estão contando com este tipo de ação, que, além de implantar as tecnologias, realiza também uma ação educativa, pedagógica voltada para a realidade das famílias, com vistas a incentivar uma melhor convivência com as condições climáticas (O CANDEEIRO, 2013).

Iniciamos, então, a terceira e última etapa de análise dos boletins selecionados. Lembramos que o boletim *O Candeeiro* passou a circular a partir de 2007. Em dezembro deste mesmo ano foi publicado um boletim com o título *A Militarização da Transposição do Rio São Francisco*, assinado pelo Frei Rodrigo Péret, Secretário Nacional de Justiça, Paz e Ecologia dos Franciscanos. No boletim o Frei afirma estar em Sobradinho-BA em solidariedade a Dom Cappio que, na época estava em greve de fome. O texto faz menção à presença do Exército Brasileiro nas obras da transposição: “O Governo Lula, além de iniciar as obras sem uma ampla consulta à sociedade e sem considerar as alternativas, propostas no âmbito do próprio governo, fez a opção pela militarização da Transposição” (O Candeeiro, 2007), e à impossibilidade de acesso aos canteiros de obra: “Os militares mantêm sua base na Fazenda Mão Rosa e os acessos à área da obra estão impedidos. Uma grande área já foi desmatada” (O Candeeiro, 2007). Péret finaliza a sua denúncia com uma reflexão que vale a análise:

Tratar uma questão social e ambiental numa perspectiva militar é um grande erro. Não se impõem políticas que pretendem promover a vida por meio da força. Já vivemos no Brasil, no período da ditadura militar a infame ideologia de “segurança nacional”. Essa ideologia buscava o tal inimigo interno e encarava toda e qualquer idéia (sic) do povo diferente das do diligentes (sic), como um perigo para a segurança do país, mas ao mesmo tempo ampliava os interesses do capital internacional no país. Hoje, a Transposição serve aos

interesses do agro hidro negócio e não ao consumo humano e às necessidades dos camponeses, povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas (O Candeeiro, 2007).

A presença desta reflexão, na qual o Péret se pronuncia claramente em favor das comunidades tradicionais, dentre elas as indígenas, em detrimento do agro hidro negócio, já no primeiro ano do boletim *O Candeeiro*, aponta a tendência da ASA, que se confirmará ao longo das outras publicações, de um posicionamento em defesa destes povos, valorizando suas culturas e os apoiando, sempre que possível.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, encontramos, em uma publicação de 15 de fevereiro de 2008, assinada por Renina Valejo, da Cáritas Brasileira, intitulada “*Copo de água para quem tem sede é furada*”, diz *Ciro*, uma descrição de uma audiência pública no Senado Federal sobre a transposição do rio São Francisco, requerida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) na qual o então deputado federal e ex-ministro *Ciro Gomes* (PSB-CE) “assumiu que as populações difusas do semi-árido(sic) brasileiro não serão beneficiadas” (O CANDEEIRO, 2008). No mesmo texto, temos a fala de *Dom Cappio* se posicionando contra a transposição, argumentando que “O projeto é antiético, pois usa a boa-fé das pessoas. A população deveria ser prioridade, se fosse assim, seríamos a favor” (O CANDEEIRO, 2008), e criticando:

a postura do governo em desconsiderar os impactos ambientais da transposição; os impactos sociais para 156 comunidades quilombolas, 34 povos indígenas e diversas comunidades ribeirinhas; além de ignorar a legislação brasileira, incluindo a Lei de Recursos Hídricos. ‘Água temos em abundância, o que nos falta é a democratização da água’ (O CANDEEIRO, 2008).

Vemos aqui, mais uma vez a disposição em defender os povos e comunidades do semiárido. Nomeando os sujeitos e os papéis que desempenharam na audiência, o boletim listou as pessoas que falaram contra e em favor do projeto:

Contrários ao projeto falaram na tribuna: *Dom Luiz Flávio Cappio*, bispo de Barra (BA); *Luciano Silveira*, da coordenação da Articulação do Semi-Árido (ASA); *Luciana Khoury*, promotora de Justiça da Bahia e coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco; *Apolo Heringer Lisboa*, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e coordenador do projeto *Manuelzão* (UFMG); *João Abner*, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; *Henrique Cortez*, ambientalista e coordenador do portal *EcoDebate*; *Letícia Sabatella*, *Osmar Prado* e *Carlos Vereza*, atores e integrantes do Movimento Humanos Direitos.

(...)

Defenderam a transposição: *Geddel Vieira Lima*, ministro da Integração Nacional; *Ciro Gomes* (PSB-CE), deputado federal e ex-ministro da Integração Nacional; *João Reis Santana Filho*, secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional; *Marcondes Gadelha* (PSB-PA), deputado federal; *Rômulo Macedo*, gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat; *Paulo Canedo de Magalhães*, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; *Dom Aldo Di Cillo Pagotto*, arcebispo da Paraíba e presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco s (O CANDEEIRO, 2008).

Há, no fim deste texto, uma descrição do projeto de transposição:

O governo pretende construir canais de concreto a céu aberto que somam 720 km, correspondendo aproximadamente à distância, por rodovia, entre Belo Horizonte e Brasília. Partindo de dois pontos de captação em Pernambuco, as águas do São Francisco percorreriam dois caminhos: o Eixo Norte (Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) e o Eixo Leste (Pernambuco e Paraíba). O volume a ser retirado continuamente do rio para transposição, outorgado pela Agência Nacional de Águas, é 26,4m³/s. A estrutura projetada é para uma vazão máxima de 127m³/s (O CANDEEIRO, 2008).

Ainda em fevereiro de 2008 outro boletim com o título *Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-Árido(sic) acontece em Sobradinho (BA)*, assinado por Gleiceani Nogueira, da ASACOM, informa e convida para a Conferência que aconteceu entre os dias 25 a 27 de fevereiro com o objetivo de “ fazer um balanço das lutas do Semi-Árido (sic) e da Bacia do São Francisco e pensar em novas estratégias de ação em nível nacional e internacional” (O CANDEEIRO, 2008). Durante a Conferência foram apresentadas as experiências de comunidades indígenas, quilombolas e pescadores. Mais uma vez, divulgando o evento que estava por acontecer, a ASA reitera sua posição contrária à transposição e em defesa das comunidades e povos do semiárido.

Em 11 de maio de 2009 foi publicado um boletim com o título *D. Cappio e povos indígenas lançam campanha em defesa do rio São Francisco*. Este boletim trata da campanha lançada no dia 06 de maio de 2009: *Povos indígenas em favor do rio São Francisco e contra a Transposição*. As ações da campanha são descritas no boletim:

Através de um conjunto de ações que incluem relatórios, mobilizações e petição popular, pretende-se pressionar o Supremo Tribunal Federal a julgar ações judiciais pendentes contra o projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco, em especial a que trata das terras indígenas afetadas. Dentro das reivindicações está também a realização de Audiências Públicas democráticas, para garantir o direito de participação popular na formulação e implementação das políticas do Governo Federal na bacia do São Francisco (O CANDEEIRO, 2009).

O boletim também dá destaque à Ação Direta de Inconstitucionalidade por falta de consulta ao Congresso Nacional quando da implantação de empreendimento em terras indígenas:

Uma das pendências a serem julgadas é a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4113, ajuizada em julho de 2008, e que aponta as graves irregularidades cometidas no período anterior ao início das obras de Transposição. Segundo a Constituição Brasileira, no seu artigo 49, a implantação de empreendimento que envolve terras indígenas, deve ser precedido de uma consulta ao Congresso Nacional. As obras de transposição do rio São Francisco implementadas pelo Exército, ignoraram essa condição e desde o seu começo em 2007, 27 tribos indígenas estão sendo afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento, como os Truká, os Tumbalalá, os Pipipã, os Kambiwá, entre outros (O CANDEEIRO, 2009).

Um último ponto a chamar a atenção neste boletim é o posicionamento da comunidade internacional, que, em 2009, pressionava o Governo Federal para dar explicações sobre a ausência de consultas às comunidades indígenas e quilombolas sobre as obras do rio São Francisco:

As violações cometidas em todo o processo têm chamado a atenção de organismos internacionais. Em relatório divulgado em fevereiro, a Comissão de Especialistas na Aplicação de Convênios e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou suas observações sobre a aplicação no Brasil da Convenção 169 da OIT, que trata dos direitos dos povos, etnias e comunidades tradicionais. A Comissão solicitou ao governo brasileiro esclarecimentos sobre a ausência de consulta aos povos indígenas e quilombolas em relação às leis e obras que os impactam, entre elas a do rio São Francisco. Ainda assim, o Governo não deu respostas às comunicações enviadas (O CANDEEIRO, 2009).

Em agosto de 2009, dois boletins se dedicaram ao II Encontro Popular da Bacia do São Francisco. Ambos são assinados pela Assessoria de Comunicação da Articulação Popular do São Francisco. Eles têm como título: *II Encontro Popular da Bacia do São Francisco acontece em Juazeiro* e *Encontro reúne representantes da Bacia do São Francisco para discutir os rumos da luta em defesa do rio*.

Os boletins iniciam pontuando que o encontro acontece quatro anos após o I Encontro que “discutiu os desafios e as potencialidades do povo da Bacia do rio São Francisco, bem como sua necessidade de articulação das lutas, grupos e organizações criadas para acompanhar e defender o rio” (O CANDEEIRO, 2009). Há, nos boletins, uma indicação de que o Encontro terá um tom de “combate à transposição de suas águas (do rio São Francisco) e defesa das comunidades e povos que protegem e vivem do rio há várias gerações” (O CANDEEIRO, 2009).

Há ainda a menção aos exemplos de resistência e de conquistas a serem apresentados em oficinas: “Uma delas é a luta dos povos indígenas Truká e Tumbalalá em defesa dos seus territórios. Recentemente, o Diário Oficial da União publicou o relatório antropológico do Povo Tumbalalá que delimita o território indígena” (O CANDEEIRO, 2009). Há também uma menção à Campanha Opará:

Esta vitória (a demarcação de terras do Povo Tumbalalá) não representou, no entanto, o fim da luta. O lançamento da Campanha Opará- Povos Indígenas em defesa do Rio São Francisco confirma isso. Os 33 povos indígenas da bacia denunciam os grandes empreendimentos ao longo do rio e reivindicam a realização de audiências públicas e do julgamento de ações jurídicas pendentes no Supremo Tribunal Federal (O CANDEEIRO, 2009).

O boletim se encerra com uma frase de Rubens Siqueira, coordenador da Articulação Popular do São Francisco e agente da CPT Bahia- Comissão Pastoral da Terra da Bahia: “esperamos que as organizações e movimentos populares recuperem o tom da luta, o pique

ascendente, para cima dos grandes destruidores do São Francisco: governos e capital” (O CANDEEIRO, 2009).

Em julho de 2010 um boletim assinado pela comunicadora popular da ASA Livia Bacelete, em Januária - MG divulga a 14ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais, a ocorrer no dia 18 do referido mês e que estima a participação de 5 mil pessoas. O título é *14ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais: Terra e Água partilhada, herança de Deus resgatada*. Livia afirma que “a Romaria será um momento de anuncio da vitória da vida e da organização do povo e denúncia frente à violência do sistema capitalista neoliberal” (O CANDEEIRO, 2010).

O boletim chama a atenção para os fatos de que, no ano de 2010, a Romaria está sendo organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Diocesana de Januária e Conselho Indigenista Missionário (CIMI); e que, durante a Romaria serão recolhidas assinaturas para duas campanhas: a Opará (trata-se de uma petição para o Supremo Tribunal Federal organizada pelos 33 povos indígenas do Nordeste impactados pela transposição das águas do Rio São Francisco) e a Limite da Propriedade e da Terra (criada para acabar com a histórica concentração fundiária existente no país. Ela acontece em dois momentos: O primeiro consiste em um abaixo assinado que percorre todo país. No segundo momento será realizado um plebiscito popular para conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira sobre a necessidade e importância de se estabelecer um limite para a propriedade da terra) (O CANDEEIRO, 2010).

O povo ribeirinho e as lutas populares voltam a ser destaque do informativo em fevereiro de 2011, quando este publica um boletim com informações do IHU *on line* (Instituto Humanitas Unisinos) que tem por título *O povo ribeirinho do São Francisco traduz as lutas populares do Brasil*. Trata-se de uma entrevista com João Zinclar, fotógrafo que durante seis anos percorreu as margens do rio São Francisco registrando a vida do rio e das comunidades e povos ribeirinhos. As fotos resultaram em um livro: *O Rio São Francisco e as Águas no Sertão* (Campinas: sem editora, 2010). Na entrevista Zinclar afirmou que:

a natureza vem sendo constantemente privatizada, transformada em mercadoria. Este processo não é novo, faz parte da natureza do capitalismo em todos os tempos. Hoje o controle sobre a água indica um novo patamar dessa disputa. A transposição é parte dessa apropriação privada das riquezas comuns. A água é um bem comum, não há vida sem água e hoje uma parte considerável da humanidade não tem acesso a este recurso (O CANDEEIRO, 2011).

Em vários momentos da entrevista Zinclar se refere às comunidades tradicionais, quer para chamar a atenção para o papel de segundo plano que a elas é atribuído pelos movimentos sociais urbanos...

A diversidade das lutas dos povos que habitam o velho Chico, com indígenas e quilombolas enfrentando o poder econômico em disputas para retomar terras, pescadores na defesa da pesca artesanal, sem terra em luta pela reforma agrária e outras manifestações, deveria ter a devida atenção dos trabalhadores urbanos e suas organizações políticas (O CANDEEIRO, 2011).

... quer para denunciar as consequências das obras da transposição do rio São Francisco...

As obras afetam os povos originários, que têm na terra um referencial cultural, de vida com outros valores, que não apenas econômicos, pois a construção do eixo norte devasta terras Trukás em Cabrobó-PE, e território Anacé no Ceará, o eixo leste ameaça território sagrado dos Pipipã em Pernambuco (O CANDEEIRO, 2011).

Ou ainda, e por fim, para anunciar e defender a diversidade de um povo...

As imagens captadas revelam a diversidade de um povo. Expressão de um Brasil contraditório e de luta. O povo ribeirinho traduz as lutas populares no Brasil. Muitas vezes desarticuladas, essas ações estão repletas de vida e inovação. Lutas que incorporam tradições seculares, povos indígenas, a religiosidade, a luta contra a opressão num momento em que elas assumem a vanguarda numa luta pela preservação dos bens comuns, não em oposição ao desenvolvimento, mas propondo pensar as questões: Qual desenvolvimento? E pra quem? Busquei captar essa relação entre um projeto "moderno" que se apropria dos bens coletivos em nome de um único desenvolvimento possível e um mundo que se constrói, pensando na preservação dos valores coletivos sem abrir mão de avançar por melhores condições de vida (O CANDEEIRO, 2011).

Em agosto de 2011 O Candeeiro divulga uma matéria assinada por Luana Lourenço- Brasil de Fato- Agência Brasil cujo título é *Nova ação do MPF contesta remoção de índios e pede paralisação da obra*. Outra matéria, também publicada em agosto de 2011, também divulgação da Brasil de Fato, desta vez assinada por Aline Scarso, tem o mesmo objeto: a polêmica em torno da construção de Belo Monte e os impactos ao meio ambiente e às comunidades e povos indígenas. O título é *Dezesseis países e dez capitais brasileiras terão atos contra Belo Monte*. Ao divulgar estas matérias *O Candeeiro* demonstra um apoio às comunidades e povos de outras regiões do Brasil que vivem problemas que os aproximam dos povos do semiárido. A intenção da ASA é provavelmente a de divulgar o seu apoio a estes povos.

Interrompendo a sequência anual que até agora vinha ocorrendo nos boletins analisados, não encontramos na nossa busca nenhuma publicação nos anos de 2012 e 2013.

Em março de 2014, O Candeeiro divulga uma publicação assinada por Cândido Grzybowski, sociólogo, diretor do Ibase, publicado na Carta Maior, cujo título é *Água: um bem comum*. Trata-se de uma matéria na qual o autor chama a atenção para a transformação da água, de bem comum a produto de consumo:

Estamos diante de um eminente risco da água virar mais uma commodity, de ser transformada em um produto comercializável, que se adquire pelo preço determinado de quem a explora. Aliás, isto é precisamente o que está sendo proposto sob o belo nome de economia verde e sustentável, que estende o domínio do capitalismo e dos mercados a toda a natureza e seus chamados "serviços". Está em jogo o próprio direito de viver. Cobrar taxa

para que a água jorre na torneira de casa, um direito fundamental, já é discutível. Mas ter que pagar pelo monopólio privado da água é estar submetido a uma violação absurda de um direito básico (O CANDEEIRO, 2014).

O texto de Grzybowski não tem por norte as comunidades indígenas, mas menciona o direito destes povos aos territórios, que é reconhecido pela nossa constituição e que tem sido desrespeitado em nome do “crescimento econômico”.

Finalizando a análise dos boletins, em dezembro de 2014 o boletim traz uma publicação também da Carta Maior, assinada por Najjar Tubino, intitulada *15 anos da ASA: a luta pela dignidade*.

Neste texto chegam dados, atuais à época, da situação do rio São Francisco e das obras da transposição:

Qual é a situação do chamado rio da integração nacional? Péssima. Em novembro, a nascente histórica na Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, secou e assim permaneceu por dois meses. Os sinais de alerta sobre o assoreamento, destruição de matas ciliares, esgoto sendo jogado diretamente e exploração excessiva da irrigação dos perímetros irrigados, são expostos pelas redes de televisão e na internet (O CANDEEIRO, 2014).

Há, no artigo, uma denúncia dos impactos causados pelo agronegócio ao rio São Francisco, notadamente quando este atravessa o Cerrado:

Um fato é notório: sem rio, não há o que transpor. E o São Francisco carrega as suas águas no cerrado, justamente a região mais detonada pelo agronegócio, incluindo o oeste baiano, que é considerado uma caixa d'água. O próprio Ministério do Meio Ambiente em seus relatórios sobre as ações realizadas para a revitalização enfrentam problemas de toda ordem – da dificuldade em se realizar licitações, do interesse e dos conflitos entre governos estaduais e municipais, além “do longo tempo para o processo de sensibilização, mobilização e capacitação dos beneficiários diretos das ações – populações tradicionais, assentados, pescadores” (O CANDEEIRO, 2014).

O texto segue falando das auditorias do Tribunal de Contas da União e da reduzida participação das comunidades locais no debate sobre as obras:

Uma das inúmeras auditorias do Tribunal de Contas da União registra que “as iniciativas de recuperação e controle dos processos erosivos encontram-se dispersos e representam parcela modesta dos recursos empregados” e também aponta para a reduzida participação das comunidades locais e da realização de estudos sobre o manejo do semiárido. Nunca esquecendo que 43% da área do semiárido – quase um milhão de km² – é susceptível à desertificação. Para piorar: projeto de mais duas hidrelétricas no rio São Francisco (O CANDEEIRO, 2014).

Tubino conclui o artigo mostrando como a ASA se apresenta como uma alternativa diferente da construção que historicamente foi feita do semiárido pelo DNOCS, SUDENE e pela mídia e avaliando que as experiências da Articulação dificilmente teriam espaço na mídia brasileira:

A imagem do semiárido tem que ser carcaça de boi – que nem é o animal símbolo do semiárido- e terra rachada. A história da vida real, de milhares de pessoas organizadas, conscientes das agruras do ambiente natural e que mostraram competência em executar obras com dinheiro público, nunca será notícia na mídia dos clãs familiares do Brasil (O CANDEEIRO, 2014).

Esta última citação de Tubino nos serve de base para fechar a análise dos boletins e também este texto. Tentamos, através deles, demonstrar que a ASA se apresenta como uma possibilidade de diálogo que tem um potencial grande a ser explorado na defesa dos povos indígenas e de quaisquer outras comunidades tradicionais do semiárido, como uma alternativa ao emponderamento destes povos sem a necessidade de tutela da academia, do governo ou de quaisquer outras instituições, e que as portas para este possível diálogo estão abertas, como bem retrata a seleção de matérias que *O Candeeiro* publicou ao longo deste período.

Gostaríamos, ainda, de enfatizar que se fizermos uma busca mais ampla, por exemplo, pela palavra indígena, nos boletins de sistematização, encontraremos mais de 800 publicações, o que tornaria inviável a análise para este artigo, mas que aparece como outras possibilidades para o debate e também para a aproximação entre o discurso da convivência com o semiárido defendido pela ASA e o fortalecimento e defesa dos povos indígenas que vivem neste espaço.

Somamos, no final de 2014, 4 anos de seca no espaço semiárido. As precipitações foram irregulares, impossibilitando as plantações tradicionais e o acúmulo de água nos grandes açudes, tanto que cidades de médio porte como Campina Grande- PB, já sofrem com o racionamento. No entanto, a mídia já não consegue reproduzir as imagens de pessoas morrendo de fome e sede e dos retirantes aglomerados em paus-de-arara que outrora alimentaram a vinda de recursos para as elites nordestinas. Novas possibilidades foram apresentadas às comunidades do semiárido, que não a migração e o sofrimento historicamente construídos e cujas consequências eram sofridas em larga escala.

A valorização e divulgação de experiências exitosas que podem ser replicadas, o respeito à diversidade dos povos e comunidades e suas variadas alternativas de convivência com o semiárido, o estímulo à organização dos povos em prol de uma luta por interesses comuns fazem parte do cotidiano da Articulação que surgiu já com este eixo norteador.

Os boletins que tratam da transposição do rio São Francisco confirmam o que a Articulação vem denunciando: ela não tem por foco as comunidades e povos que vivem do rio e o protegem. Os

focos são a solução para o abastecimento de grandes cidades, o plantio de frutas para exportação, entre outros que não dialogam com vazanteiros, grazeiros, ribeirinhos, camponeses, pescadores, comunidades indígenas e quilombolas entre outros povos tradicionais.

A luta para dar acesso à água aos povos do semiárido é também uma luta contra a transformação deste bem comum em mercadoria, transformação esta alimentada pelo emergente discurso da economia verde, legitimado na Conferência *Rio +20*, que se apropria das lutas ecológicas historicamente construídas transformando os bens naturais em produtos de consumo. O desenvolvimento sustentável foi esquecido, relegado a um segundo plano, a discurso ultrapassado, como afirmou Caporal (2013) ⁶.

Cabe à comunidade acadêmica, e à sociedade civil de uma forma geral se inserir na luta em defesa da formulação de políticas públicas eficazes que efetivamente sejam capazes de transformar de forma positiva a qualidade de vida dos povos tradicionais, não apenas do semiárido, mas de todo país. A ASA é um exemplo de um Brasil que vem *dando certo*, que caminha no sentido de garantir o bem estar das comunidades, de proteger o ambiente e de pensar o espaço enquanto algo construído, por discursos e por práticas. Neste sentido, o acesso a bens comuns, dentre eles a terra e a água, é uma luta constante para a garantia de um bem viver no semiárido.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, Francisco Roberto. *Adeus ao desenvolvimento sustentável*. Instituto Carbono Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/artigos/noticia=735346> acesso em 02-12- 2013.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LE GOFF, J. *História e memória*. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

ZINCLAR, João. *O rio São Francisco e as águas no sertão*. Campinas: sem editora, 2010.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.lfg.com.br>

<http://educacao.uol.com.br/geografia/seca-no-nordeste-desmatamento-e-politicas-ineficazes-sao-agravantes.jhtm>.

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169

http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=3194

<http://www.asabrasil.org.br>

⁶ Ver: CAPORAL, Francisco Roberto. *Adeus ao desenvolvimento sustentável*. Instituto Carbono Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/artigos/noticia=735346> acesso em 02-12- 2013.

http://www.insa.gov.br/?page_id=26#.VKhbEHs9Rs8

http://www.insa.gov.br/?page_id=26#.VKhbEHs9Rs8

http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97

<http://www.asabrazil.org.br/Includes/Sistematizacao.asp>

http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1159&WORDKEY=Sistematiza+%BCe

http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=101

http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1157&WORDKEY=Tecnologia

FONTES CONSULTADAS

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. A militarização da Transposição do Rio São Francisco*. PERET, Frei Rodrigo (Secretário Nacional de Justiça, Paz e Ecologia dos Franciscanos), dezembro de 2007.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. 14ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais: Terra e Água partilhada, herança de Deus resgatada*. BACELET, Livia- Comunicadora popular da ASA, julho de 2007.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-Árido acontece em Sobradinho (BA)*. NOGUEIRA, Gleiceani. ASACom, fevereiro de 2008.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. “Copo de água para quem tem sede é furada” diz Ciro*. VALEJO, Renina. Cáritas Brasileira com colaboração de Marcy Picanço do CIMI, fevereiro de 2008.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. Encontro reúne representantes da Bacia do São Francisco para discutir os rumos da luta em defesa do rio*. Assessoria de Comunicação da Articulação Popular do São Francisco, agosto de 2009.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. II Encontro Popular da Bacia do São Francisco acontece em Juazeiro*. Assessoria de Comunicação da Articulação Popular do São Francisco, agosto de 2009.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. O povo ribeirinho do São Francisco traduz as lutas populares do Brasil*. IHU on line, fevereiro de 2011.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. Dezesesseis países e dez capitais brasileiras terão atos contra Belo Monte*. SCARSO, Aline. Brasil de Fato, agosto de 2011.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. Nova ação do MPF contesta remoção de índios e pede paralisação da obra*. LOURENÇO, Luana. Brasil de Fato/Agência Brasil, agosto de 2011.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa *Uma Terra e Duas Águas. Em Abaré, Povo Tuxi é contemplado com tecnologias do Projeto Mais Água*. Comunicação Irpaa, dezembro de 2013.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. *Água: um bem comum*. GRZYBOWSKI, Cândido. Carta Maior, março de 2014.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. *ASA completa 15 anos garantindo direitos no semiárido*. Informe Consea, dezembro de 2014.

O Candeeiro. Boletim informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas. *15 anos da ASA: a luta pela dignidade no semiárido*. TUBINO, Najjar. Carta Maior, dezembro de 2014.